

Protagonismo dos estudantes autistas em pesquisas educacionais

Wellington Oliveira dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Resumo

Este estudo analisa o protagonismo dos estudantes autistas em pesquisas acadêmicas sobre autismo e Educação Básica. A partir da revisão de 57 artigos disponíveis na Edubase e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando procedimentos de análise de conteúdo, observou-se o crescimento de publicações a partir da segunda metade da década de 2010, com predominância de estudos de caso. Entretanto, a baixa participação efetiva de autistas como sujeitos centrais nos estudos revela que a produção científica ainda tende a falar *sobre* eles, e não *com* eles, reproduzindo o modelo biomédico da deficiência e marginalizando suas ações. Esses resultados tensionam a distância entre o discurso da inclusão e a prática da pesquisa educacional, evidenciando a necessidade de deslocamentos epistemológicos que reconheçam os autistas como agentes ativos na construção do conhecimento sobre sua própria escolarização.

Palavras-chave: Autismo. Educação Básica. Modelo social da deficiência. Revisão de literatura.

The agency of autistic students in educational research

Abstract

This study analyzes the agency of autistic students in academic research on autism and Basic Education. Based on a review of 57 articles available in Edubase and the Scientific Electronic Library Online (SciELO), using content analysis procedures, we observed a growth in publications from the second half of the 2010s, with a predominance of case studies. However, the limited effective participation of autistic individuals as central subjects in the studies reveals that scientific production still tends to speak *about* them, rather than *with* them, reproducing the biomedical model of disability and marginalizing their

actions. These results highlight the gap between the discourse of inclusion and the practice of educational research, underscoring the need for epistemological shifts that recognize autistic individuals as active agents in the construction of knowledge about their own schooling.

Keywords: Autism. Basic Education. Social model of disability. Literature review.

Protagonismo de los estudiantes autistas en investigaciones educativas

Resumen

Este estudio analiza el protagonismo de los estudiantes autistas en investigaciones académicas sobre autismo y Educación Básica. A partir de la revisión de 57 artículos disponibles en Edubase y en la *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando procedimientos de análisis de contenido, se observó el crecimiento de publicaciones a partir de la segunda mitad de la década de 2010, con predominio de estudios de caso. Sin embargo, la baja participación efectiva de las personas autistas como sujetos centrales en los estudios revela que la producción científica aún tiende a hablar sobre ellas, y no con ellas, reproduciendo el modelo biomédico de la discapacidad y marginando sus acciones. Estos resultados tensionan la distancia entre el discurso de la inclusión y la práctica de la investigación educativa, evidenciando la necesidad de desplazamientos epistemológicos que reconozcan a las personas autistas como agentes activos en la construcción del conocimiento sobre su propia escolarización.

Palabras clave: Autismo. Educación Básica. Modelo social de la discapacidad. Revisión de literatura.

Introdução

No início de um texto clássico, Lígia Amaral (1998) convida a escrever sobre diferenças e preconceitos na escola e esclarece qual é seu ponto de vista sobre o tema. Ela destaca, em primeiro lugar, a perspectiva teórico-conceitual de quem se dedicava aos estudos sobre deficiência por décadas. Em segundo lugar, evidencia a perspectiva “prática”, por ser uma

pessoa com deficiência (Amaral, 1998). Ao destacar seu lugar de fala, a autora não está restringindo às pessoas com deficiência o direito de opinar sobre sua condição, mas reforçando a necessidade de a ciência considerar a epistemologia a partir do ponto de vista dos grupos historicamente tomados como objetos de estudo sobre a deficiência, mas raramente reconhecidos como sujeitos.

No campo dos Estudos da Deficiência, entre os grupos outrora tomados como simples objeto, os sujeitos autistas têm emergido como pesquisadores de sua própria condição. Considerando a importância das relações sociais na inclusão, a maioria desses pesquisadores compartilha a perspectiva da neurodiversidade e do modelo social da deficiência, em oposição a uma visão estritamente biomédica do Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou autismo (Araujo; Silva; Zanon, 2023; Wu; Yaedu; Wayszceyk, 2019). A visão biomédica, focada em aspectos patológicos, analisa o autismo apenas a partir de critérios diagnósticos, com base no *Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais* (DSM-5), produzido pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2014), ou na *Classificação Internacional de Doenças* (CID).

Os pesquisadores vinculados ao paradigma da neurodiversidade reconhecem a importância dos critérios médicos na definição do autismo, do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e da dislexia, principalmente considerando as políticas públicas existentes e as escolhas de apoio terapêutico, médico e pedagógico direcionadas aos neurodivergentes. No entanto, eles alertam para tentativas de medicalização em excesso e para a restrição de comportamentos, que resultaram em rejeição e adoecimento ao culpabilizarem os sujeitos pelo seu “fracasso”. Por exemplo, estudos internacionais sugerem que autistas adultos tendem a apresentar maior prevalência de problemas como ansiedade, transtornos de humor (depressão), distúrbios gastrointestinais, fobias sociais, entre outros, muitas vezes causados pelas interações ao longo da vida (Forde; Bonilla; Mannion; Coyne; Haverty; Leader, 2022).

No Brasil, nos últimos 15 anos, também vivemos um momento no qual as vozes dos autistas têm conquistado mais espaços. Antes, a representação era feita por meio de familiares, professores ou profissionais envolvidos: a própria Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno

do Espectro Autista – Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012) –, é chamada de Lei Berenice Piana, em reconhecimento aos esforços da ativista, mãe de um sujeito autista.

Agora, graças às redes sociais, à mídia e às políticas inclusivas, temos acesso às experiências de diversos autistas – crianças, adolescentes e adultos – que compartilham seus cotidianos e pontos de vista. O imaginário social sobre o autismo também foi alterado pelas mudanças de critério diagnóstico e pelas políticas educacionais inclusivas. Professoras e professores da Educação Básica, assim como os pesquisadores da área, não podem ignorar esses sujeitos. Inserido nesse contexto, apresento os resultados de um estudo que teve por objetivo analisar o protagonismo dos estudantes autistas em pesquisas acadêmicas sobre autismo e Educação Básica.

A justificativa pode ser estendida às políticas inclusivas direcionadas aos autistas e às pessoas com deficiência que fazem parte da educação brasileira, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPI (Brasil, 2008), que, confirmando a LDB, aproximou o ensino regular dos estudantes com deficiência; a já mencionada Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012); e o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015). Com tais políticas transformando o espaço escolar e introduzindo o outro no mundo educacional, perguntamo-nos se esse outro tem sido tomado como sujeito de pesquisa, mais do que como objeto.

Assim como Amaral (1998), “tomo” a liberdade de usar a primeira pessoa para explicitar meu duplo lugar de fala. Tenho atuado com estudantes autistas, seja como docente na Educação Básica, seja no Ensino Superior, desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão; e sou um homem negro autista. Neste trabalho, dou preferência ao termo “pessoa autista” ou “estudante autista”, em detrimento das expressões “pessoa com autismo” ou “estudante com autismo”. Ativistas autistas, pautados no modelo social da deficiência, defendem a possibilidade de utilizarmos a expressão “pessoa autista” como forma de demarcar uma característica da pessoa e combater o uso pejorativo do termo, associado ao modelo biomédico da deficiência, que limita o autismo a uma condição que a pessoa possui.

Na primeira parte deste trabalho, discuto estudos de revisão sobre a inclusão de estudantes autistas na Educação Básica, como forma de caracterizar o campo de estudos e preparar o terreno para a investigação. Em seguida, explico os aspectos metodológicos empregados nesta pesquisa. Por fim, apresento os resultados e a discussão, dialogando com a revisão apresentada e com a legislação atual. Nas considerações finais, sintetizo os principais achados da pesquisa em diálogo com o contexto atual.

Estudos de revisão sobre inclusão de estudantes autistas na Educação Básica

Com a intenção de contribuir e dialogar com esse campo de investigação, neste artigo, são sintetizados estudos de revisão de literatura sobre a produção acadêmica acerca da inclusão de estudantes autistas na Educação Básica brasileira, em diferentes direções.

O estudo de Vasques (2009), apoiado na Psicanálise, analisou 200 teses e dissertações publicadas entre 1978 e 2006, a partir de buscas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em bibliotecas virtuais de teses e dissertações. A maioria dos trabalhos encontrados pertencia à área da Psicologia, seguida por Educação e Medicina. De acordo com Vasques (2009), houve aumento no número de trabalhos publicados a partir de 2001 – mas, infelizmente, o artigo não disponibiliza dados quantitativos para sustentar essa afirmação. Considerando o campo educacional, dos 43 trabalhos investigados, a maior parte abordava o diagnóstico médico do ponto de vista crítico, explorando suas limitações, a partir de temáticas como processos de ensino e aprendizagem, relações familiares, formação docente e possibilidades da educação inclusiva.

Processos de ensino e aprendizagem e possibilidades da educação inclusiva também foram o foco da investigação de Nunes, Azevedo e Schmidt (2013). Os autores analisaram 28 trabalhos (artigos, teses e dissertações) sobre a escolarização de estudantes autistas em classes comuns, publicados entre 2008 e 2012. A presença de estudantes autistas na educação regular aumentou expressivamente graças ao paradigma da inclusão. As pesquisas analisadas destacavam inseguranças dos professores para

incluir esses estudantes e, apesar do discurso de inclusão, as práticas pedagógicas pouco auxiliavam no aprendizado. Contudo, os artigos indicavam soluções: a colaboração de auxiliares de sala com formação adequada, recursos tecnológicos diversos, adaptações nos currículos e atuação de equipe multidisciplinar.

A garantia do aprendizado de conteúdos também faz parte das discussões sobre o acesso ao currículo. Neves, Antonelli, Silva e Capellini (2014) realizaram uma revisão de literatura sobre a produção acadêmica referente à inclusão escolar do estudante autista e aos aspectos curriculares. Apoiados na pedagogia histórico-crítica, os autores defendem o papel social da escola na mediação do conhecimento e denunciam que essa mediação tem ocorrido com prejuízos na educação inclusiva de estudantes autistas.

6 A pesquisa de Neves, Antonelli, Silva e Capellini (2014) abrangeu teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) entre 1987 e 2011, totalizando 51 trabalhos. O tema mais frequente na amostra foram as interações do estudante autista com a comunidade escolar (professores, colegas etc.) – 25,49%; em seguida, 21,57% analisavam aspectos curriculares, em sua maioria estudos de caso, revelando carência de levantamentos em larga escala sobre estratégias curriculares direcionadas a autistas. Além disso, as pesquisas sobre adaptações curriculares focavam em modificações nas práticas pedagógicas docentes (por exemplo, uso de recursos didáticos distintos), sem necessariamente adaptar o currículo em si, uma possibilidade prevista nas políticas educacionais. Os autores também relacionam as adaptações curriculares observadas na realidade escolar, focadas mais em adaptações didáticas, com a terceira categoria mais frequente, práticas pedagógicas (13,73%). Isso indica uma preocupação da produção acadêmica com “o que fazer” para garantir o aprendizado dos estudantes autistas, quase como se esperassem um manual de instruções ou uma receita médica.

As preocupações docentes acerca de um “o que fazer?” diante dos estudantes da educação inclusiva, em especial os autistas, podem indicar a influência do discurso médico no ambiente escolar. Rodrigues e Angelucci (2018) investigaram trabalhos sobre a escolarização de estudantes autistas na escola regular, em bases de dados *on-line*. Entre artigos, teses e dissertações,

os autores selecionaram 52 trabalhos publicados entre 2002 e 2015. Para as autoras, a existência do diagnóstico médico como delimitação do público da educação especial é uma contradição inevitável para a educação.

Os trabalhos analisados apresentam: pouca discussão sobre o papel social da escola, ao mesmo tempo em que há ênfase no aspecto terapêutico da aprendizagem, principalmente nos de viés psicanalítico; predominância da descrição sintomatológica universal, a partir dos manuais diagnósticos, sem reflexão sobre a constituição dos sujeitos – mesmo em trabalhos apoiados em perspectivas interacionistas, como os da psicologia histórico-cultural; e a suposição de que os professores precisam de uma compreensão médica sobre o TEA para atuar. Isso resulta em uma escola que afirma adotar o paradigma da inclusão, mas que está mais próxima do paradigma da integração dos sujeitos autistas, voltada à reabilitação (Rodrigues; Angelucci, 2018).

O discurso biomédico sobre o TEA também foi objeto de estudo de Wu (2019), em revisão de literatura com teses e dissertações publicadas pelos programas de pós-graduação das regiões Sul e Sudeste sobre a educação de pessoas autistas entre 2008 e 2016. De acordo com os resultados, a maior parte das abordagens sobre o autismo presentes nos 136 trabalhos selecionados era orientada pelo viés biomédico (92 dos trabalhos eram da área da Saúde), com enfoques qualitativos, mas já se notava a emergência crítica de valorização dos contextos educacionais e culturais dos sujeitos. Ainda assim, segundo a autora:

Na maioria dos trabalhos, há uma seção específica para explicar o autismo, que contempla o discurso baseado nas explicações etiológicas dos manuais oficiais, em especial o manual diagnóstico e estatístico de distúrbios mentais (DSM), explicações específicas relacionadas à área da pesquisa (educação, psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia) e, em alguns casos, abre-se uma discussão acerca dos aspectos sociais relacionados ao autismo, no tocante ao preconceito, à discriminação e outras barreiras sociais que impõem limites ao pleno desenvolvimento da pessoa com TEA. Sob a perspectiva do modelo biomédico, a apresentação do autismo é feita pelo discurso do prejuízo decorrente da condição psíquica do indivíduo (Wu, 2019, p. 219).

O perigo de partirmos de uma visão reduzida ao aspecto biomédico é transformarmos o ambiente escolar em um espaço terapêutico (Rodrigues;

Angelucci, 2018). Wu (2019) destaca um exemplo dessa transformação quando as perguntas norteadoras dos estudos são formuladas com expressões como: “Quais as principais dificuldades dos professores?” e “Quais os maiores problemas dos estudantes?”, contrariando os ideais expressos na legislação inclusiva.

Provavelmente o discurso biomédico perca força com a emergência de investigações no campo educacional com estudantes autistas, e não apenas sobre eles. Melo, Lima, Barboza Netto e Fernandes (2023), em revisão de literatura com 22 artigos que utilizaram entrevistas acerca do autismo nos campos da Educação, Psicologia, Medicina e Enfermagem entre 2008 e 2021, apresentam como principais temáticas analisadas: impacto social do diagnóstico (família e escola); preocupação com a formação de professores e aprendizagem; relações familiares e redes de apoio, principalmente para as mães de crianças autistas.

Melo, Lima, Barboza Netto e Fernandes (2023) não exploraram, em sua análise, a distribuição dos participantes entrevistados. No entanto, pela lista dos trabalhos analisados, seus títulos e suas palavras-chave, observa-se que a maioria das pesquisas (14 estudos) utilizou entrevistas com familiares (principalmente mães); em seguida, professores – quatro estudos. Entrevistas com sujeitos autistas estavam presentes em apenas quatro artigos.

Em síntese, os estudos apontam aumento de publicações sobre autismo e educação inclusiva nos últimos 15 anos (Vasques, 2009), principalmente a partir da aprovação da PNEEPEI (Neves; Antonelli; Silva; Capellini, 2014; Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013). Também é preciso considerar, nesse aumento de publicações, as mudanças nos critérios diagnósticos do TEA, bem como o maior ingresso de estudantes autistas na escola regular e em outros espaços (Wu, 2019). Apesar de o discurso da inclusão fazer parte da retórica docente, ele ainda se encontra distante da realidade da maioria dos estudantes autistas (Neves; Antonelli; Silva; Capellini, 2014; Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013).

A inclusão tem ocorrido, via de regra, apenas em termos de socialização do estudante autista com os pares na escola, e não em termos de aprendizado dos conteúdos (Neves; Antonelli; Silva; Capellini, 2014), além de haver poucos estudos focados no que os estudantes autistas têm a dizer

sobre si mesmos, como apontam os dados de Melo, Lima, Barboza Netto e Fernandes (2023). A escola, então, afasta-se de sua principal função social – a mediação do acesso de todos os estudantes ao conhecimento científico historicamente construído pela humanidade – ao mesmo tempo em que assume um caráter biomédico ou terapêutico (Rodrigues; Angelucci, 2018; Wu, 2019).

Metodologia de pesquisa

Foi realizado um levantamento em bases de artigos *on-line* – Periódicos Online de Educação (Edubase) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) – entre outubro e dezembro de 2024. Para a investigação, foram utilizados os seguintes descritores:

- autismo OR transtorno do espectro autista AND escola;
- autismo OR transtorno do espectro autista AND educação;
- autismo OR transtorno do espectro autista AND educação infantil;
- autismo OR transtorno do espectro autista AND ensino fundamental;
- autismo OR transtorno do espectro autista AND ensino médio.

A reflexão sobre as pesquisas disponíveis nessas bases de dados, de fácil acesso ao público acadêmico, contribui para a construção de um panorama do campo de conhecimento sobre o tema. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos em língua portuguesa que apresentavam pesquisas ou reflexões com foco na Educação Básica institucionalizada. Não foram incluídos artigos em outras línguas, sobre Ensino Superior ou que tratassem de contextos educacionais fora do espaço escolar formal.

Adotaram-se procedimentos de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados. A análise de conteúdo constitui um conjunto de ferramentas voltadas à investigação de construções simbólicas, servindo como ponto de partida para as inferências derivadas dos dados coletados. Esse tipo de análise geralmente emprega métodos objetivantes, como cálculos de frequência, entendidos como aqueles cujos resultados podem ser compartilhados por diferentes pesquisadores (Bardin, 2016).

A partir dos descritores e dos critérios de inclusão/exclusão, na pré-análise foram selecionados os possíveis artigos para a amostra, em um primeiro momento de leitura dos títulos, resumos e definição do foco de análise. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos artigos, descartando as repetições. Selecionaram-se 57 artigos para a amostra. Na etapa da exploração do material, foram elaboradas categorias a partir da leitura dos textos. Essa categorização estruturou o conteúdo em unidades de análise que permitiram a interpretação. As categorias criadas foram: tipo de artigo; etapa da Educação Básica; conceito de autismo; participantes. Por fim, realizou-se o tratamento dos resultados e interpretações, extraindo padrões e relações e confrontando-os com a literatura da área.

A categoria “tipo de artigo” foi elaborada para organizar os trabalhos de acordo com as metodologias empregadas: pesquisa de campo; revisões de literatura; pesquisas documentais; reflexões teóricas; construção e avaliação de instrumentos de pesquisa; aplicação de testes; relatos de experiência; estudos comparativos. Criou-se a categoria “etapa da Educação Básica” para organizar os artigos de acordo com o nível educacional em foco: Educação Infantil; Educação Infantil e Ensino Fundamental; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Indeterminada.

Inspirada em Wu (2019), a categoria “conceito de autismo” foi construída para analisar os trabalhos a partir de dois polos: pesquisas fundamentadas no modelo biomédico da deficiência e pesquisas fundamentadas no modelo social da deficiência. A categoria “participantes” foi elaborada para classificar as pesquisas de campo de acordo com os sujeitos envolvidos: estudantes; professoras(es); estudantes e professoras(es); familiares e professoras(es); estudantes, professoras(es) e familiares.

Além disso, na análise da categoria “participantes”, foi verificado o protagonismo dos estudantes autistas a partir de dois critérios: 1) pesquisas de campo com protagonismo dos sujeitos autistas – quando a pesquisa interage diretamente com esses sujeitos, escutando suas diferentes formas de expressão e considerando suas experiências e seus olhares sobre o contexto escolar; e 2) pesquisas de campo sem protagonismo dos sujeitos autistas – quando, na pesquisa, os autistas são objetos de discurso e análise do outro, sejam os familiares, os colegas de sala de aula, as professoras, ou demais profissionais da escola, sem possibilidade de discursar sobre si mesmos.

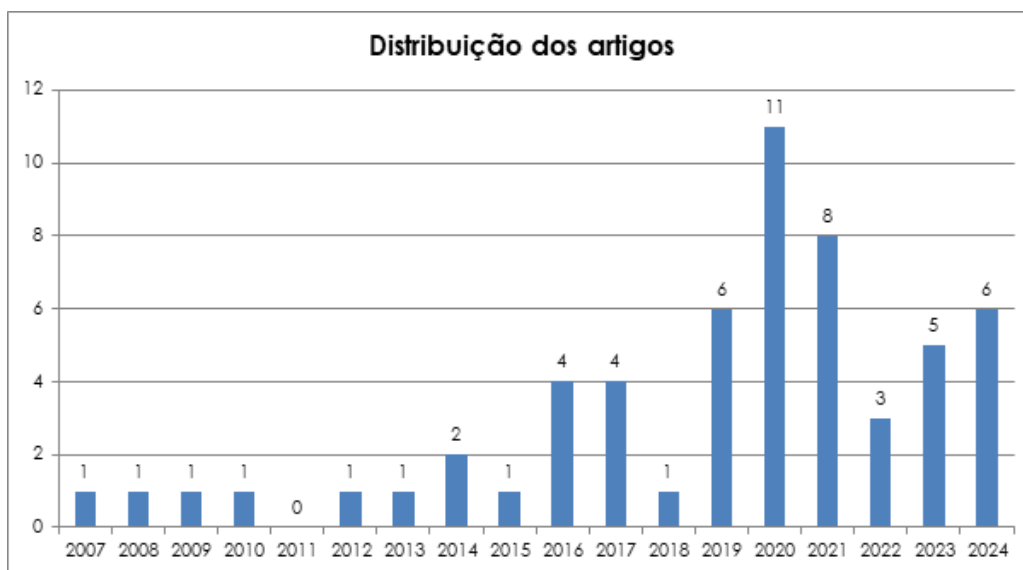
Resultados e discussão

Nesta seção, são apresentados os resultados da análise dos 57 artigos selecionados, organizados em cinco categorias: ano de publicação, tipo de artigo, etapa da Educação Básica, conceito de autismo e participantes. A discussão dos dados é realizada em diálogo com a literatura revisada e com o marco legal vigente, buscando evidenciar tendências, lacunas e contradições na produção acadêmica sobre autismo e Educação Básica.

Ano de publicação

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos 57 artigos, de acordo com o ano de publicação.

Gráfico 1 – Distribuição dos 57 artigos, considerando ano de publicação



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro artigo da amostra foi publicado em 2007; o último, em 2024. É possível observar, no Gráfico 1, uma tendência de aumento das produções sobre autismo e educação escolar nos últimos dez anos. Esse

crescimento pode ser atribuído, como já apontado por autores da revisão de literatura (Neves; Antonelli; Silva; Capellini, 2014; Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013; Rodrigues; Angelucci, 2018; Wu, 2019), à PNEEPEI (Brasil, 2008), que possibilitou a entrada de um maior número de estudantes autistas no ensino regular, bem como às mudanças nos critérios diagnósticos do autismo, a partir do DSM-5 (APA, 2014).

Na análise da autoria dos artigos, foi possível constatar repetições de pesquisadores em quatro trabalhos, reflexo da constituição de grupos de pesquisa sobre autismo, envolvendo professores universitários, mestrandos e doutorandos.

Nesse intervalo de 18 anos, o ano com maior número de publicações foi 2020 (11 artigos), destoando da tendência geral. Seria tentador relacionar o isolamento social decorrente da pandemia de covid-19 ao grande número de publicações em 2020, como pressupõem *fake news* compartilhadas – infelizmente até mesmo reproduzidas por educadores – que atribuem a “causa” do aumento de casos de autismo à “falta de interação social das crianças” ou às “vacinas”. Para fins de esclarecimento, foram verificadas as datas de submissão dos 11 artigos publicados em 2020. Dois foram submetidos em 2018; seis em 2019 (dos quais dois faziam parte de um mesmo dossiê); e três em 2020 (um em fevereiro, um em maio e um em junho). Portanto, não há relação entre a pandemia de covid-19 e o aumento de pesquisas acadêmicas sobre autismo e educação escolar, assim como não existe relação entre o aumento de casos de autismo e a pandemia de covid-19.

Tipo de artigo

Na discussão dos resultados da categoria “tipo de artigo” (Tabela 1), são apresentados artigos julgados relevantes para exemplificar as subcategorias.

Tabela 1 – Tipo de artigo

Tipo de artigo	Quantidade	Percentual
Pesquisa de campo	33	57,9%
Revisão de literatura	9	15,7%
Pesquisa documental	5	8,8%
Reflexão teórica	4	7,0%
Construção e avaliação de instrumentos	2	3,5%
Testes	2	3,5%
Relato de experiência	1	1,8%
Estudo comparativo	1	1,8%
Total	57	100%

Fonte: Elaboração própria

As pesquisas de campo, que correspondem a mais da metade dos artigos encontrados (57,9% da amostra), foram de natureza qualitativa, com foco nos estudos de caso (a maioria) e em estudos etnográficos. Os estudos de caso buscavam compreender as relações entre professores e estudantes em salas de aula, cujos dados foram coletados por meio de vídeos, diários de campo e interações diretas com os participantes. Pesquisas sobre a percepção de professores em relação ao autismo (e aos estudantes autistas) utilizaram questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados.

Assim como em Neves, Antonelli, Silva e Capellini (2014), foi possível observar ausência de pesquisas de campo em larga escala com estudantes autistas em contextos educacionais – lacuna problemática para a avaliação de políticas públicas.

As revisões de literatura foram o segundo tipo mais encontrado (15,7%). Essas pesquisas já foram sintetizadas na revisão de literatura deste estudo e serão retomadas nas análises.

As pesquisas documentais (8,8%) concentraram-se na análise de legislações e políticas públicas. Por exemplo, o estudo sobre o plano de ensino de uma cidade do interior goiano (Montel; Souza; Lemos, 2021) e a análise das diferentes nomeações presentes em políticas públicas brasileiras direcionadas ao TEA (Felisbino; Graff, 2024).

Os artigos classificados como reflexões teóricas (7% da amostra), em geral, confrontaram paradigmas biomédicos com perspectivas próximas ao modelo social da deficiência. Por exemplo, Pimenta (2019), a partir da Psicanálise, defende o modelo social da deficiência ao refletir sobre a legislação inclusiva escolar, que considera os estudantes autistas pessoas com deficiência. De acordo com a autora, compreender o TEA como deficiência apenas com base nas características descritas nos manuais médicos acarreta o risco de desconsiderar as particularidades de cada sujeito autista.

Um artigo teórico não confrontou o modelo biomédico, ao defender as práticas baseadas em evidências nos métodos de ensino da educação especial de estudantes autistas (Nunes; Schmidt, 2019). Na reflexão, os autores argumentam que essas práticas não são utilizadas em sala de aula porque as metodologias de ensino aprendidas nas universidades seriam determinadas por questões ideológicas e não científicas (sem explicitar, contudo, quais seriam essas ideologias). Além de apresentar uma visão biomédica de autismo sem problematizá-la, o artigo desconsidera que mesmo a adoção de práticas consideradas cientificamente eficazes depende de opções ideológicas, aproximando-se de uma utópica neutralidade científica.

14

Os artigos sobre construção e avaliação de instrumentos (3,5% da amostra) apresentam propostas úteis para auxiliar professores no contexto educacional. Por exemplo, o artigo de Soares e Nunes (2020) sobre a Escala de Aprendizagem Mediada, voltada à avaliação da mediação de professoras diante de crianças autistas. Esse trabalho foi publicado em dossiê temático sobre aspectos pedagógicos e sociais do autismo.

Para sintetizar, considerando a categoria “tipo de artigo”, observa-se uma predominância de pesquisas de campo, principalmente estudos de caso. A segunda categoria mais presente, revisões de literatura, apesar de distante da primeira, aponta para um crescimento de publicações na área. As pesquisas documentais são relevantes por auxiliarem nas tomadas de decisão política a respeito dos direitos dos autistas na educação, mas precisam ser articuladas com investigações de campo em larga escala.

As reflexões teóricas, via de regra, questionam os limites do diagnóstico baseado apenas em fatores biomédicos, bem como o impacto dos laudos nas salas de aula. Já os artigos sobre construção ou avaliação de

instrumentos evidenciam a preocupação atual com as práticas pedagógicas com crianças autistas e sinalizam uma retomada do poder de decisão dos educadores sobre como agir.

Quanto às demais categorias, os artigos sobre testes apresentaram o desempenho de estudantes autistas em avaliações de desempenho escolar: um deles sobre leitura e compreensão de textos, e outro envolvendo leitura, escrita e aritmética. O artigo de relato de experiência descreveu, por sua vez, o processo de inclusão de um estudante autista na rede regular de ensino. Por fim, o artigo de estudo comparativo apresentou a análise da competência social de dois estudantes da Educação Infantil – um autista e outro neurotípico – considerando a sala de aula e o pátio como contextos de interação.

Etapa da Educação Básica

A etapa da Educação Básica mais presente na amostra foi o Ensino Fundamental, com 21 artigos (36,8% do total). As pesquisas nesse nível de ensino apresentam, com frequência, estudos de caso sobre a percepção docente. No caso dos estudos da área de Matemática, a preocupação com a inclusão para além da socialização foi trazida por Souza e Silva (2019), em um trabalho que utilizou tecnologias digitais no ensino de operações matemáticas a estudantes autistas.

Em seguida, artigos sem etapa específica definida (indeterminada) somaram 19 (33,3%). Nessa categoria, foram incluídos trabalhos de revisão de literatura, análise documental ou reflexão teórica a respeito da inclusão de estudantes autistas na Educação Básica.

As pesquisas na Educação Infantil representaram 11 artigos (19,3%), em sua maioria estudos de caso, centrados na percepção de professores ou no acompanhamento de estudantes. Também foram identificados três (5,3%) estudos de caso com participação de professoras atuando tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental.

No Ensino Médio, contabilizaram-se três estudos (5,3%). Destaca-se o trabalho de Vasconcellos, Rahme e Gonçalves (2020), no Ensino Médio Integrado, um dos poucos a apresentar o ponto de vista do estudante autista sobre a inclusão, a partir de entrevista.

Conceito de autismo

O modelo biomédico de autismo, pautado nas definições do DSM-5 e da CID, prevaleceu na amostra, com 42 artigos (73,7% do total). Assim como observado por Wu (2019), alguns trabalhos apresentavam a definição do DSM-5 já no primeiro parágrafo, quase como uma autorização para tratar do tema. O caso mais extremo de discurso biomédico foi um artigo de 2017 que descreveu os estudantes observados a partir do código da CID-10 de cada laudo.

O modelo social da deficiência foi defendido em 13 artigos (22,8%). Neles, os autores por vezes apresentam os critérios dos manuais da Medicina para, em seguida, expor suas limitações, destacando aspectos contextuais e históricos, denunciando o uso estigmatizante de laudos médicos e enfatizando a inclusão dos sujeitos autistas na sociedade. Relacionando os artigos ao ano de publicação, verifica-se que dos 13 que adotaram o modelo social da deficiência, 12 foram publicados nos últimos seis anos da amostra (2019-2024), indicando uma tendência de aumento de estudos com esse foco (também observada por Wu, 2019). Em dois artigos (3,5%) não foi apresentada definição de autismo.

Ainda sobre os trabalhos vinculados ao modelo social da deficiência: ao criticar o modelo biomédico, quatro artigos utilizaram conceitos da Psicanálise. Apesar de se aproximarem mais do modelo social da deficiência do que da visão biomédica, as perspectivas psicanalíticas apresentadas consideravam os autistas apenas do ponto de vista da análise terapêutica – aspecto também observado por Rodrigues e Angelucci (2018). Nesse sentido, trata-se mais de uma substituição do modelo biomédico por um modelo biopsicológico, também distante das situações de ensino e aprendizagem típicas da Educação Básica.

Na leitura dos textos, foi possível constatar mudanças terminológicas na referência feita aos autistas e mesmo às pessoas com deficiência. Trabalhos anteriores a 2015, por exemplo, utilizavam termos como “autismo infantil” e “pessoa portadora de deficiência”. De 2015 até os dias atuais, apenas dois artigos – de 2021 e 2022 – estranhamente utilizaram termos como “portador de transtorno” e “pessoas com necessidades especiais”. Essa

mudança pode ser creditada às discussões sobre inclusão e à luta dos defensores dos direitos das pessoas com deficiência. Apenas um artigo, de 2017, apresentou erro conceitual grave ao afirmar a existência de pesquisas que relacionariam o autismo às vacinas, sem citar fonte dessa informação e nem mesmo considerar que, desde o início de 2010, tal especulação foi refutada.

Participantes

○ interesse nas 38 pesquisas de campo foi compreender: 1) quem são os participantes dessas pesquisas e 2) qual a possibilidade de protagonismo dos sujeitos autistas.

Entre as 38 pesquisas de campo, 14 (36,8%) foram realizadas com estudantes autistas (exemplos: entrevista com estudante do Ensino Médio; acompanhamento de estudante ao longo do ano escolar), mesmo número de pesquisas realizadas com professoras(es) (14 = 36,8%), em sua maioria voltadas à percepção docente acerca do autismo. Pesquisas em que professoras e estudantes participaram conjuntamente (em interações em sala de aula, por exemplo) somaram 7 (18,4%). Estudantes, professoras(es) e familiares estiveram envolvidos em duas pesquisas (5,3%), enquanto familiares e professoras(es) participaram em apenas um estudo (2,7%).

Considerando apenas os estudos que tiveram autistas entre os participantes, totalizam-se 23 trabalhos. No entanto, ao verificar o protagonismo dos estudantes autistas nesses estudos, observa-se que apenas cinco os trouxeram como sujeitos centrais da pesquisa, dando espaço às suas diferentes formas de expressão, experiências e olhares sobre o contexto escolar.

É possível afirmar que o protagonismo dos autistas nos estudos esteve diretamente relacionado às metodologias empregadas. Na maioria dos casos, os pesquisadores atuaram como pesquisadores-participantes. Esse foi o caso das pesquisas de Souza e Silva (2019), com dois estudantes autistas do Ensino Fundamental (um menino e uma menina) sobre tecnologias digitais e aprendizagem de matemática; de Francês e Mesquita (2021), sobre a percepção de tempo e espaço de uma criança (menino) autista na Educação Infantil; e de Moura e Camargo (2021), com seis estudantes autistas (quatro meninos e duas meninas) sobre conceitos de ciências. Freitas (2021) também

atuou como pesquisador-participante em um estudo com crianças bolivianas com suspeita de TEA, embora o artigo não apresente a quantidade de crianças nem o gênero. A exceção a esse padrão metodológico foi o trabalho de Vasconcellos, Rahme e Gonçalves (2020), que realizou entrevista com um estudante (rapaz) do Ensino Médio.

A caracterização de gênero dos autistas protagonistas mostrou-se relevante nas pesquisas analisadas. Além do gênero, defende-se que as pesquisas devem caracterizar os participantes a partir de marcadores sociais como raça e classe social, pois ainda convivemos no cotidiano escolar com visões estereotipadas sobre quem são os autistas. Com exceção do estudo de Freitas (2021), que analisou como crianças imigrantes de famílias pobres bolivianas têm sofrido estigmatização na escola, os trabalhos encontrados na amostra não utilizaram marcadores para além do gênero. Uma análise dos artigos a partir da interseccionalidade não fez parte dos objetivos desta investigação, mas considerando que marcadores sociais como gênero, raça e classe interferem no acesso às políticas públicas no Brasil, deixa-se essa sugestão para ser explorada por outros estudos.

18 A quantidade de estudos feitos *com* autistas (e não apenas *sobre* eles) indica existir pouco espaço na pesquisa acadêmica para a voz dos desse grupo. Considerando as políticas educacionais direcionadas aos estudantes com deficiência, a lacuna de trabalhos *com* autistas pode resultar em problemas na avaliação das políticas públicas inclusivas existentes para esse grupo.

A ausência de protagonismo dos estudantes autistas foi observada tanto na maioria das pesquisas de campo em que participaram, quanto – e principalmente – naquelas em que não eram participantes diretos. Nessas investigações, seja com professoras(es) ou familiares, os estudantes autistas foram objeto de análise e reflexão a partir do discurso do outro.

A quantidade de pesquisas de campo com o foco exclusivo nas professoras(es) (14) vai ao encontro da quantidade de artigos com reflexões teóricas também sobre o fazer docente. Julgando a preocupação dos artigos, parece existir um “o que fazer?” pairando nas cabeças docentes a partir da inclusão de estudantes autistas no ensino regular. Os artigos em uníssono definiram os professores como despreparados metodologicamente para lidarem

com estudantes autistas, apesar de esforços e boa vontade. Entendemos a preocupação metodológica, mas a sua ênfase reduz o fazer de professores a simples ato técnico.

As pesquisas de campo com professores apresentam dados importantes; entretanto, não aprofundam como esses profissionais refletem sobre sua prática nem como ela acontece de fato. Por exemplo, todos os artigos que abordam a inclusão a partir do ponto de vista docente explicitam que os participantes defendem a inclusão e afirmam atuar nesse sentido. No entanto, nenhuma pesquisa aprofunda a análise para além deste discurso politicamente correto: qual docente diria, nas últimas décadas, ser contra a inclusão ou nada fazer a seu respeito?

Além disso, quando reclamam de despreparo, e considerando o discurso biomédico, podemos problematizar qual tipo de metodologia os professores esperam aprender para atuarem com estudantes autistas. Seria uma metodologia específica para educar ou uma metodologia específica para cuidar dos sujeitos autistas? A Educação Básica, de certa forma, transita entre esses dois pontos, e no caso do autismo, as pesquisas encontradas estão mais preocupadas em cuidar do que educar, pois o laudo biomédico parece suficiente para tornar o educar impossível. Como argumentam Felisbino e Graff (2024), a adoção do discurso biomédico pode gerar a culpabilização dos sujeitos; afinal, se não aprendem é pelos motivos elencados no laudo.

Ainda considerando o “educar” e “cuidar”, pode-se citar o estudo de Gomes e Mendes (2010) sobre a perspectiva de professores da rede de Belo Horizonte acerca da escolarização de estudantes autistas. Foi o único encontrado na amostra que buscou compreender, além da socialização, como os docentes julgavam o aprendizado de conteúdos pelos estudantes autistas. Mesmo com os 33 professores da amostra indicando pontos positivos, como a boa frequência escolar dos estudantes autistas, também destacaram preocupação com a pouca aprendizagem de conteúdos. Nesse sentido, estavam preocupados com o cuidar e, também, em como educar os estudantes autistas.

Considerações finais

A partir do objetivo desta pesquisa – analisar o protagonismo dos estudantes autistas em pesquisas acadêmicas sobre autistas e Educação Básica –, foram investigados 57 artigos disponíveis nas bases de dados Edubase e SciELO. Os artigos foram organizados a partir do ano de publicação, tipo de artigo, etapa da Educação Básica, conceito de autismo e protagonismo dos autistas.

A análise evidencia que, embora o interesse acadêmico sobre autismo e Educação Básica tenha aumentado significativamente a partir da segunda metade da década de 2010, o protagonismo dos estudantes autistas nas pesquisas permanece limitado. Esses resultados tensionam a distância entre o discurso da inclusão e a prática da pesquisa educacional, reforçando a necessidade de deslocamentos epistemológicos que reconheçam os autistas como agentes ativos na construção do conhecimento sobre sua própria escolarização.

20 A predominância de estudos de campo, especialmente de estudos de caso, confirma padrões observados em pesquisas anteriores. Os artigos de reflexões teóricas e de avaliação de instrumentos revelam uma tendência simultânea: o questionamento do modelo biomédico e a tentativa de construir uma base epistemológica própria para a educação. Já os estudos documentais isolados e as análises de legislações indicam que o monitoramento de políticas públicas ainda carece de articulação com investigações empíricas mais amplas, o que limita a efetividade de práticas inclusivas. O Ensino Fundamental foi a etapa mais abordada, refletindo uma preocupação centrada no “cuidar” dos estudantes autistas, em detrimento do “educar”. Ou seja, apesar dos discursos inclusivos, a prática educacional frequentemente mantém a exclusão dos autistas no interior das salas de aula.

A hegemonia do modelo biomédico da deficiência nos estudos confirma uma abordagem centrada na deficiência como objeto de análise, enquanto o modelo social da deficiência, embora emergente, ainda enfrenta desafios para se consolidar. A ampliação do protagonismo dos estudantes autistas depende, portanto, da incorporação de suas vozes nas construções epistemológicas da área, deslocando o foco da pesquisa sobre autistas para

pesquisas *com e por* autistas, como condição necessária para a efetiva transição das práticas inclusivas.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando das diferenças físicas, preconceitos e superação. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônica Aparecida; ZANON, Regina Basso. Autismo, Neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, p. 1-8, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

FELISBINO, Cláudia; GRAFF, Patrícia. Autismo e políticas públicas brasileiras: nomeações, representações e ausências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 54, p. 1-20, 2024.

FORDE, Jennifer; BONILLA, Paola; MANNION, Arlene; COYNE, Rory; HAVERTY, Ross; LEADER, Geraldine. Health Status of Adults with Autism Spectrum Disorder. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 9, p. 427-437, 2022.

FRANCÊS, Lyanny Araujo; MESQUITA, Amélia Araújo. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-22, 2021.

FREITAS, Marco Cezar. Crianças bolivianas na educação pública: medicalização, enquadramentos deficientizadores e estigmatizações com base no transtorno do espectro autista. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 645-661, 2021.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, set. 2010.

MELO, Sandra Cordeiro; LIMA, Carolina Barreiros; BARBOZA NETTO, Natalia; FERNANDES, Jéssica Cristina Mascarenhas. A bioecologia do autismo: uma análise dos relatos sobre as questões sociais que atravessam o desenvolvimento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, p. 1-23, 2023.

MONTEL, Lays Monezi; SOUZA, Rita Rodrigues de; LEMOS, Laísse Silva. Ações e estratégias de inclusão no plano municipal de educação de Jataí - GO: foco no transtorno do espectro autista. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 17-33, jan./abr. 2021.

MOURA, Tiago Fernando Alves; CAMARGO, Eder Pires. Explorando o ar: o ensino de ciências para estudantes com autismo nos anos finais do ensino fundamental. **Ciências em Foco**, Campinas, v. 14, p. 1-26, 2021.

NEVES, Anderson Jonas; ANTONELLI, Carolina de Santi; SILVA, Mariana Giroto Carvalho; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 43-70, 2014.

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, set./dez. 2013.

NUNES, Débora Regina de Paula; SCHMIDT, Carlo. Special education and autism: from evidence-based practices to school. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 84-103, jul. 2019.

PIMENTA, Paula Ramos. Clínica e escolarização dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-22, 2019.

RODRIGUES, Isabel de Barros; ANGELUCCI, Carla Biancha. Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 545-555, set./dez. 2018.

SOARES, Francisca Maria Cabral; NUNES, Leila Regina de Paula. A mediação pedagógica de professoras de crianças com autismo: uma avaliação a partir do uso da Escala de Aprendizagem Mediada (EAM). **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 86-105, jan./mar. 2020.

SOUZA, Andiará Cristina; SILVA, Guilherme Henrique Gomes. Incluir não é apenas socializar: as contribuições das tecnologias digitais educacionais para a aprendizagem matemática de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, v. 33, n. 65, p. 1305-1330, dez. 2019.

23

VASCONCELLOS, Simone Pinto; RAHME, Mônica Maria Farid; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Transtorno do espectro autista e práticas educativas na educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 555-570, out./dez. 2020.

VASQUES, Carla. A Babel diagnóstica e a escolarização de sujeitos com autismo e psicose infantil: atos de uma leitura. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 7-27, 2009.

WUO, Andrea. Soares. Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016). **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 210-223, jul. 2019.

WUO, Andrea Soares; YAEDU, Fabiana Batista; WAYSZCEYK, Sheila. Déficit ou diferença? Um estudo sobre o autismo em pesquisas educacionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-21, 2019.

Prof. Dr. Wellington Oliveira dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis-Brasil)

Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-3289-2483>

E-mail: wellpsico@gmail.com

Recebido em 21 mar. 2025

Aceito em 19 ago. 2025

